

actividades e contribuindo, decisivamente, para o incremento da produtividade global. Estamos a falar de actividades que através da CPCI vão conseguir uma maior representatividade e uma força e reconhecimento na defesa dos seus legítimos interesses.

Essa é a nossa principal missão. Cumpre-nos agir de uma forma socialmente responsável e contribuir para o bem estar comum, respeitando o ambiente, promovendo o desenvolvimento tecnológico e fornecendo soluções e serviços economicamente eficientes que satisfaçam todos os interessados alvos ou actores da nossa actividade.

O tecido empresarial da Construção e Imobiliário tem dado provas de uma grande capacidade de adaptação, de evolução a nível tecnológico e de resposta, mesmo na actual conjuntura. Prova disso é o reconhecimento internacional das nossas empresas. Isso implica um esforço permanente de reorganização e modernização, garantindo níveis de competitividade que permitam enfrentar um mercado global, cada vez mais complexo. Todavia, as nossas maiores preocupações incidem sobre o papel do Estado, que não se pode abstrair das suas funções essenciais e ser gerador de obstáculos, impondo condicionalismos injustificados à iniciativa criadora e empreendedora dos empresários.

O maior ciclo negativo de que há memória na construção resulta de um claro défice de investimento, tanto público como privado. Para inverter a situação é necessário fomentar o investimento, desde logo concretizando as inúmeras obras planeadas e anunciadas pelo Governo, mas também estimulando a iniciativa privada em áreas como a reabilitação urbana, que deve ser, por muitos e bons motivos, uma prioridade.

Ao contrário do que sucedeu nos diversos países europeus mais desenvolvidos, Portugal não foi ainda capaz de concretizar um programa forte de investimentos na construção e no imobiliário capaz

de vencer a crise. O prolongado ciclo eleitoral que o País viveu explica, de algum modo, o atraso no arranque de vários projectos há muito previstos. Mas não pode haver mais atrasos.

O Estado tem de ser capaz de planear, decidir, calendarizar e cumprir os objectivos definidos, sob pena de total descredibilização dos processos públicos de decisão. Não podemos viver em permanente debate sobre o que deve ou não deve ser feito. O País necessita de um sector da construção e do imobiliário forte, capaz de gerar emprego e dinamizar a economia. E isso só se consegue com mais e melhor investimento.

A actual crise está a pôr em causa toda a economia nacional e condiciona severamente o futuro do País. Como já referi, a Construção e o Imobiliário é o maior empregador nacional privado e representa cerca de um quinto do PIB nacional, pelo que é fundamental para o desenvolvimento económico. A Confederação assumirá, assim, um papel essencial, capaz de identificar os problemas, de propor soluções e de exigir aos poderes públicos a resolução de constrangimentos que colocam em causa a sustentabilidade do Sector e da própria economia nacional.

Portugal precisa de um Estado capaz de enfrentar a crise e de planear a recuperação e o crescimento. Um Estado que aposte no investimento e que saiba transmitir confiança aos agentes económicos. Um Estado que perceba a real importância da construção e do imobiliário na economia e no emprego. ■

**“O maior ciclo negativo de que há memória na construção resulta de um claro défice de investimento, tanto público como privado”**